

STF OUVI LIDERANÇAS SOBRE O PROGRAMA "MAIS MÉDICOS"

Durante audiência pública realizada no Supremo Tribunal Federal (STF), lideranças das três entidades médicas nacionais - Associação Médica Brasileira (AMB), Conselho Federal de Medicina (CFM) e Federação Nacional dos Médicos (Fenam) - apontaram uma série de problemas que vem sendo apresentadas à sociedade desde a edição da MP 621/2013, convertida na Lei 12.871/2013, que criou o programa "Mais Médicos".

A audiência foi convocada pelo ministro Marco Aurélio Mello, relator das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nº 5035 e 5037, ajuizadas pelas entidades profissionais. De acordo com ele, o evento será fundamental para sua tomada de decisão. Para tanto, além de representantes dos médicos, foram convidados especialistas do governo e do Judiciário para oferecer seus pontos de vista.

Uma fala que se destacou durante as audiências foi a do procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT), Sebastião Caixeta, que disse haver indícios de ilicitude na formulação do Programa, especialmente na forma de contratação dos médicos.

Segundo o promotor, um inquérito civil instaurado no âmbito do Ministério Público do Trabalho investiga a ocorrência de problemas e irregularidades na iniciativa. "O que se tem de fato é uma relação de trabalho que, infelizmente, está mascarada por um programa de aperfeiçoamento, que seria uma pós-graduação, com foco no ensino, na pesquisa e na extensão", revela relatório parcial MPT.

Também foi destaque na audiência a participação do médico William José Bicalho Hastenreiter Paulo, integrante do programa "Mais Médicos", que não poupou críticas ao Governo Federal.

Ele afirmou que a tutoria recebida do governo é precária, apontou a ausência de direitos trabalhistas e afirmou que, ao trazer médicos de fora, o governo pretende evitar críticas sobre a



precariedade da saúde pública no país.

Paulo foi o último a falar no primeiro dia da audiência pública, após a participação dos ministros Alexandre Padilha e Luís Adams, que ignoraram as denúncias das entidades médicas. O Ministério da Saúde confirmou que Paulo é médico brasileiro, com inscrição ativa no programa e atuação na cidade de Itaboraí (RJ), desde a primeira rodada do programa.

O médico afirmou também que colegas médicos brasileiros têm tido dificuldade de se inscrever no programa. De acordo com ele, quando um médico brasileiro procura o Ministério da Saúde tem recebido a informação de que a prioridade está sendo dada aos estrangeiros – diferentemente do que prevê a lei.

77% REPROVAM AÇÕES NA SAÚDE

Mesmo com o lançamento do Programa "Mais Médicos", a área da saúde foi a pior avaliada pela população em recente pesquisa divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI/Ibope) – 77% de desaprovação. A pesquisa foi realizada entre os dias 14 a 17 de setembro. Foram realizadas 2.002 entrevistas em 142 municípios. A sondagem coletou opiniões de eleitores com mais de 16 anos. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

PRÓ-SUS E COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS CONSTATAM CAOS NAS EMERGÊNCIAS



Um relatório preliminar apresentado neste mês por um Grupo de Trabalho (GT) da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados constatou o caos das urgências e emergências e que, há tempos, vinha sendo denunciado por médicos de todo o país. A ação foi desenvolvida em parceria com a Comissão Nacional Pró-SUS, a Câmara Técnica de Urgência e Emergência do CFM, além de membros do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselhos e Sindicatos de profissionais da saúde. Os resultados parciais foram divulgados durante o seminário "O Caos no Atendimento de Urgência e Emergência no Brasil", realizado em 26 de novembro, no Congresso Nacional. O encontro reuniu autoridades, parlamentares e representantes da sociedade para discussões sobre as causas e possíveis soluções para os problemas do setor.

O subfinanciamento foi apontado pelo Grupo como "a expressão

maior da falta de prioridade" dada ao setor, o que obriga as políticas específicas a se adaptarem aos recursos que são disponibilizados. O relatório repercutiu uma recente análise do CFM que, com base em dados do próprio governo, observou que o Ministério da Saúde deixou de aplicar quase R\$ 94 bilhões no SUS ao longo dos últimos 12 anos. Além disso, em 2012, apenas 10% dos R\$ 12 bilhões previstos para este fim foi efetivamente executado.

As informações coletadas relatam a situação de oito hospitais de urgências médicas do SUS que foram vistoriados por amostragem, de acordo com critérios do GT e das entidades participantes. Após o seminário, a Comissão enviará o relatório para o Executivo Federal, ao Ministério Público Federal e às entidades nacionais e internacionais de direitos humanos.

Confira o relatório na íntegra em <http://bit.ly/IAVu68>.

FINANCIAMENTO: MAIS 10%, 15%, 18% OU NADA?

O Senado estuda a Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento Impositivo (PEC 22A/2000), que obriga o governo a liberar verbas para despesas inseridas por parlamentares no Orçamento da União e prevê investimentos da Receita Corrente Líquida da União ao SUS, de forma escalonada: 13,2% em 2014; 13,7% em 2015; 14,1% em 2016; 14,5% em 2017; e 15% em 2018.

A medida contrasta com a aprovada pela Comissão Especial que trata do tema na Câmara, onde o escalonamento também é previsto, mas com teto em 18,7% em 2018 - sendo 15% em 2014; 16% em 2015; 17% em 2016; 18% em 2017 - que equivale aos 10% das receitas correntes brutas, conforme prevê o projeto de lei de iniciativa popular (PLP 321/2013) apresentado pelo Movimento Saude+10.

Enquanto Câmara e Senado debatem lentamente em suas Comissões, o futuro do orçamento público da saúde parece já ter sido traçado. Em notícia veiculada amplamente na imprensa, líderes da base aliada no Congresso admitiram que, em reunião no Palácio do Planalto, a presidente Dilma Rousseff deu o seu recado: não aprovar no Congresso projetos que causem impacto no orçamento.

COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA APROVA CARREIRA DE ESTADO

A proposta de emenda à Constituição 454/2009, de autoria do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), foi aprovada em novembro pela Comissão Especial designada a analisá-la. Segundo o texto aprovado, o médico de Estado deverá ingressar na carreira por meio de concurso público, e só poderá atuar no serviço em regime de dedicação exclusiva.

A matéria, que passou pela relatoria do deputado Eleuses Paiva (PSD-SP), segue agora para apreciação do Plenário da Câmara, tendo que obter a aprovação de no mínimo três quintos dos 513 representantes da Casa em dois turnos.

COMISSÃO DO SENADO APROVA CARREIRA MÉDICA ATRAVÉS DE FUNDAÇÃO

No Senado, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a proposta de emenda à Constituição 46/2013, do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que pretende criar carreira nacional dos médicos pelo regime das leis trabalhistas para atuar, com exclusividade, no âmbito da atenção básica do SUS. Com formato de fundação pública, as carreiras deverão ser constituídas mediante iniciativa da União e adesão voluntária dos estados.

O relator da proposta, Paulo Davim (PV-RN), esteve na sessão Plenária do CFM em novembro e informou que o texto aguarda a inclusão na ordem do dia para votação no Plenário do Senado.

PALIATIVO PARA AS SANTAS CASAS

A edição de 10 de novembro do jornal O Estado de S.Paulo trouxe uma reflexão sobre o pacote de benefícios anunciado pelo Ministério da Saúde em favor das Santas Casas (íntegra disponível em <http://bit.ly/1bjuZwV>). A Comissão Pró-SUS ouviu o superintendente da confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), José Luiz Spigolon, sobre o assunto, o qual ratificou: “o editorial reflete integralmente a posição da CMB”.

Spigolon, que em abril deste ano apresentou aos membros da Pró-SUS a grave situação

do setor filantrópico, disse que apesar dos esforços do Governo, a solução efetiva ainda não veio. “Reconhecemos a disposição do Ministério da Saúde em dialogar e tratar com seriedade o tema, mas ainda buscamos encontrar medidas que evitem o colapso financeiro do sistema filantrópico”, disse.

Segundo o editorial, o Governo não pode perder de vista que a verdadeira solução para a grave crise em que elas estão mergulhadas há anos. As dívidas das Santas Casas e dos hospitais filantrópicos são estimadas em R\$ 15 bilhões. “É para cobrir esse buraco que essas entidades

se endividam. Portanto, a rigor o governo não faz mais do que a sua obrigação ao ajudá-las, como agora, a quitar seus débitos.

Além disso, como elas respondem por 45% dos atendimentos do SUS, sua sobrevivência se confunde com a do sistema público de saúde”, enfatiza a publicação. De acordo com o jornal, trocado em miúdos, o pacote de benefícios implicará no aumento de atendimentos ao SUS por parte daquelas entidades e, como ele dá prejuízo de 40%, isso vai alimentar as dívidas. “Nesse caso, o que o governo deu com uma mão está tomando com a outra”, conclui.

ENQUANTO ISSO...

Nos últimos meses, médicos e demais profissionais de grandes Santas Casas entraram em greve para protestar contra os baixos valores dos honorários pagos pelas instituições – reflexo da desatualização da Tabela SUS. A maior e mais recente delas aconteceu em Belo Horizonte (MG), onde aproximadamente 1.000 médicos aderiram à paralisação e reivindicaram o reajuste dos valores das consultas e procedimentos. Foram sete dias de paralisação, com impacto em mais de 10 mil consultas e mil internações e outros procedimentos. O corpo clínico voltou às atividades após a abertura de um canal de negociação com o Ministério da Saúde. Na capital mineira, um médico da Santa Casa recebe cerca de R\$ 15 por consulta, sendo R\$ 10 repassados pelo SUS e R\$ 5 da instituição. A categoria pede que o valor seja reajustado para R\$ 25.

A Santa Casa de Cambé, a 16 km de Londrina, no Paraná, cerca de 210 funcionários e 30 médicos que prestam serviço à instituição também realizaram greve em outubro. Eles cobraram o pagamento das remunerações atrasadas e uma posição da administração em relação ao financiamento do hospital. “É uma instituição falida, que deve na praça mais que o seu patrimônio”, declarou um funcionário à imprensa local. No mesmo mês, cerca de 60 funcionários das Santas Casas do Rio (Centro e Cascadura) protestaram contra a falta de salário, FGTS, dissídio e más condições de trabalho.

Dados da CMB revelam a baixa remuneração do SUS às filantrópicas, o que, conseqüentemente, refletem nos valores pagos aos profissionais. Confira a seguir que produtos são possíveis adquirir com o valor que o SUS paga aos hospitais:

EXAME DE CREATININA
é o mesmo preço que



chiclete

ATENDIMENTO DE URGÊNCIA
é o mesmo preço que



mamão (1 unidade)

ELETRO
é o mesmo preço que



refrigerante de 2 litros

RAIO X DE TORAX
é o mesmo preço que



1 litro de óleo

RAIO X DE MÃO
é o mesmo preço que



1 kg de banana

EXAME DE GLICEMIA
é o mesmo preço que



xícara de café

BIÓPSIA (MAMA)
é o mesmo preço que



garrafa de vinho

PARTO CESARIANO
é o mesmo preço que



celular (simples)



ACONTECE NOS ESTADOS

AM: GREVE SUSPensa TEMPORARIAMENTE

Durante 37 dias os médicos de Manaus estiveram em greve ambulatorial, que teve início no dia 18 de outubro (Dia do Médico). Os profissionais decidiram aceitar previamente os prazos estabelecidos durante audiência de negociação realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, que intermediou o diálogo com a Secretaria Municipal de Saúde. Um dossiê com imagens que mostraram o sucateamento das unidades de saúde foi entregue ao desembargador João de Jesus Abdala Simões e ao procurador de justiça, Pedro Bezerra Filho, que foram mediadores na negociação, fortalecendo as reivindicações de melhores condições de trabalho e seguranças nos postos de atuação dos médicos.

PE: CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE HOSPITAIS PÚBLICOS

Em Recife, o Conselho Regional de Medicina e Sindicato dos Médicos realizaram em novembro uma "blitz noturna" em cinco hospitais públicos para avaliar a estrutura e as escalas de plantão, além de verificar com alguns pacientes a qualidade dos atendimentos. A fiscalização verificou as condições de funcionamento do Hospital da Restauração, Hospital Agamenon Magalhães, Pronto Socorro Cardiológico de Pernambuco, Policlínica Amaury Coutinho e Unidade Mista Barros Lima. Em alguns casos, plantonistas relataram que é preciso escolher se ligam um monitor ou um respirador devido à sobrecarga de equipamentos ligados à rede elétrica. O relatório final foi entregue às autoridades.

PI: MÉDICOS DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDEM DEMISSÃO

Médicos do Hospital Universitário (HU) pediram demissão no último dia 29 de novembro, em protesto pela falta de estrutura e de condições mínimas de trabalho na unidade. Os profissionais reclamavam de carência de equipamentos básicos na UTI e falta de condições mínimas de trabalho. Recentemente, o CRM-PI realizou fiscalização nas instalações do HU e identificou uma série de irregularidades que irão compor um relatório a ser entregue às autoridades. Atualmente o hospital é administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que irá enviar uma equipe multiprofissional ao Piauí para avaliar a situação.

SP: RESIDENTES CONTRA DÉFICIT DE FUNCIONÁRIOS EM CAMPINAS

Os médicos-residentes do Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, em Campinas (SP), paralisaram suas atividades durante a última semana de novembro. Os médicos-residentes do Mário Gatti protestam contra o déficit de funcionários na unidade, falta de organização para as cirurgias eletivas e também reivindicam o retorno do pagamento da bolsa de auxílio-moradia. Nos dois primeiros dias de protesto (26 e 27), pelo menos 126 consultas eletivas haviam sido canceladas devido o protesto. As áreas de urgência e emergência não foram afetadas pelo protesto realizado pela categoria.

RJ: CLASSE DENUNCIA SITUAÇÃO NA REDE MUNICIPAL E FEDERAL

O corpo clínico do Hospital Municipal Salgado Filho, através do Cremerj, pediu ao secretário Municipal de Saúde, Hans Dohmann, o fechamento da emergência da unidade, após ter detectado falta de leitos e de profissionais na unidade. Os profissionais apontaram que o posto sofre com a superlotação, falta de recursos humanos, salários baixos e péssimas condições de trabalho. Também por problemas de estrutura e carência de profissionais, o corpo clínico do Hospital Federal do Andaraí, divulgou carta aberta, na qual descreve o hospital como um "amontoado de escombros". Para os profissionais da unidade, as péssimas condições de trabalho – banheiros interditados, equipamentos parados, elevadores sucateados e falta de brigada de incêndio num prédio em obras que nunca terminam – evoluem para o fechamento dos serviços e prejudicam ainda mais a população.

RS: CATEGORIA ENTREGA PCCV À PREFEITURA DE GRAVATAÍ

A comissão dos médicos municipais de Gravataí entregou no último dia 7 de novembro ao secretário municipal de Saúde, Jones Martins, documento com as reivindicações da categoria. Os profissionais solicitaram a abertura de uma mesa de negociação para elaboração do Plano de Carreira Cargos e Vencimentos (PCCV) dos Médicos servidores públicos do município. O Plano deve prever: possibilitar progressão na carreira; incluir gratificações como de difícil provimento; permitir a incidência de desconto previdenciário em cima da carga-horária excedente dos servidores que realizam Regime Especial de 30h ou 40h semanais; alterar a base de incidência do percentual de insalubridade, recaindo em cima do padrão de vencimento do servidor médico. O secretário avaliou as sugestões e se comprometeu a responder às solicitações em breve.

COMISSÃO NACIONAL PRÓ-SUS

Coordenador: Aloísio Tibiriçá. **Membros:** Abdon José Murad Neto, Alceu José Pimentel, Ceuci de Lima Xavier, Cid Célio Jayme Carvalhaes, Cláudio Balduino Couto Franzen, Darley Rugeri Wollmann Júnior, João Ladislau Rosa, José Maria Pontes, Hermann Tiesenhausen, José Fernando Vinagre, Makhoul Moussalem, Márcio Bichara, Mauro Luiz de Britto Ribeiro, Roberto Queiroz Gurgel, Roberto Tenório de Carvalho, Wilton Mendes e Wirlande Santos da Luz.